

PROGRAMA



ELEITORAL

VILA FRANCA DE XIRA

AUTÁRQUICAS 2025

BLOCO DE ESQUERDA

**FAZER
O QUE FAZ
FALTA**

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilónia, tantas vezes destruída,
quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
foram os seus pedreiros? A grande Roma
está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
trunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
só tinha palácios
para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
na noite em que o mar a engoliu
viu afogados gritar por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias
Sózinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos
Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.
Quem cozinha os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?
Tantas histórias
Quantas perguntas

Perguntas de um Operário Letrado

Bertolt Brecht



ÍNDICE

I.	Introdução	04
1.	Habitação - Cidades habitáveis O Direito à Habitação não espera.	07
2.	Mobilidade Para transformar o território.	12
3.	Ambiente Luta contra a degradação ambiental.	17
3.1	Medidas locais pelo clima	18
3.2	Recolher, Reparar, Partilhar: Uma cidade que pensa no futuro	19
3.3	Cidades amigas dos animais	23
4.	Serviços Públicos A expressão local das funções sociais do Estado.	25
4.1	Por uma escola pública de qualidade	27
4.2	Acesso ao SNS	30
4.3	Responder a quem mais precisa	32
4.4	Tarifa Social da Água	34
4.5	Combate à violência contra as mulheres e à discriminação da população LGBTI+	35
4.6	Combater o racismo e a xenofobia	37
4.7	Cultura é um direito: Acesso, criação e participação	39
4.8	Direitos e democracia laboral nas autarquias	42
4.9	Democracia Local e transparência	44



Introdução

EM VILA FRANCA DE XIRA, os e as autarcas do Bloco de Esquerda têm sido uma força central na defesa das causas que fazem a diferença na vida das pessoas: o direito à habitação, à saúde, pela proteção do ambiente, pelos direitos laborais, pela mobilidade, o combate à pobreza ou a defesa da cultura.

Num contexto de desafios locais cada vez mais complexos, todas e todos somos convocadas para o combate por respostas claras à esquerda, com programas enraizados nas realidades concretas das populações. Em Vila Franca de Xira, como noutros territórios, essa construção exige um compromisso ativo com o que nos rodeia, com as carências que mapeamos, com as comunidades que nos procuram, com o futuro que queremos construir.

Temos procurado refletir essa ambição no trabalho autárquico que temos desenvolvido no concelho: fomos pioneiros na proposta de criação da Reserva Natural Local das Salinas de Alverca e Forte da Casa, uma conquista para a biodiversidade e o bem comum. Lutámos para que a obra de quadruplicação da Linha do Norte não avançasse por cima das pessoas. Denunciámos o silêncio e exigimos alternativas com justiça territorial. Foi por proposta do Bloco que o Teatro Salvador Marques, abandonado há mais de 40 anos, foi classificado como imóvel de interesse municipal. Hoje, o projeto de requalificação está em marcha — e isso deve-se, em boa parte, à nossa persistência. Combatemos desde o início o projeto elitista Vila Rio (entre outros), na Póvoa de Santa Iria, onde estão à venda casas a 6 mil euros o metro quadrado para investidores estrangeiros. Uma operação de gentrificação que expulsa quem cá vive e nega o direito à cidade.

Temos a clara noção de que a política das cidades é, de facto, uma das causas centrais do nosso tempo, na medida em que as grandes transformações sociais se fazem cada vez mais no espaço urbano. É nas cidades que se concentra a maior parte da população. É nas cidades que se exprimem as desigualdades, mas também as possibilidades de encontro, inovação e democracia. Pensar a cidade é, por isso, pensar o nosso futuro coletivo.



Apesar do importante património intelectual e prático trazido por arquitetos e urbanistas como Nuno Portas e Gonçalo Ribeiro Telles, e ao qual se podiam acrescentar muitos outros nomes, continuamos sem conseguir desenhar um território centrado nas pessoas. Queremos uma forma de fazer cidade que salvguarde o nosso futuro coletivo e por isso temos de olhar também para as ideias e soluções que emergem noutros lugares do mundo. Um dos exemplos mais inspiradores vem do trabalho de Carlos Moreno — provavelmente o urbanista mais influente da atualidade — e da sua proposta da “cidade dos quinze minutos”, aplicada em Paris. Mais do que uma reorganização da mobilidade, trata-se de uma visão transformadora de território: uma cidade próxima, acessível, descentralizada, que devolve tempo e qualidade de vida às pessoas. Porque queremos um concelho onde o planeamento urbano responda às urgências sociais e ecológicas, onde a democracia se aprofunde em cada bairro, e onde a proximidade não seja só uma ideia. Queremos que seja uma realidade vivida.

Estamos absolutamente convictos que a consciência política de quem assume funções autárquicas não se separa do que acontece no mundo, especialmente perante graves violações dos direitos humanos e atos de violência imperialista. Por isso, afirmamos a nossa total solidariedade com o povo palestino e a sua luta justa pelo reconhecimento, autodeterminação e direito a existir. Condenamos, com firmeza, o genocídio em curso perpetrado pelo governo israelita. Esta é, sem tibiezas, uma candidatura profundamente enraizada nos valores universais dos direitos humanos. Esta é também uma candidatura que não recua perante a ascensão eleitoral da extrema direita e das ideias e práticas racistas, xenófobas, transfóbicas e machistas que ganham forma nas ruas dos nossos territórios.

As políticas locais têm um impacto direto nas condições de vida das pessoas e o Bloco de Esquerda assume a responsabilidade de fazer um caminho que mobilize amplos setores da sociedade, construindo alianças à esquerda capazes de romper com o ciclo neoliberal que tem dominado a política local e que tem perpetuado desigualdades sociais, a mercantilização dos bens públicos e a especulação imobiliária.

Ainda que dediquemos relevância às políticas de habitação, de mobilidade e às lutas pelo clima, o compromisso do Bloco com uma transformação autárquica não



se esgota aí. O processo de descentralização de competências que transferiu para as autarquias responsabilidades em áreas que dizem respeito às funções sociais do Estado como a Ação Social, a Educação, a Saúde e a Cultura não melhorou, como exigimos, a vida das pessoas.

Por isso continuamos a defender uma governação autárquica que garanta direitos sociais, promova a igualdade, o acesso universal à educação, o reforço dos cuidados de saúde e o apoio à cultura. Pretendemos assim consolidar políticas locais que devolvam às pessoas o controlo sobre as suas vidas e territórios, através de uma gestão participativa, inclusiva e transparente.

Combateemos a prática seguida em muitas autarquias de favorecimento da promoção imobiliária, em detrimento do interesse público. As decisões políticas devem ser caracterizadas pela imparcialidade e igualdade de tratamento. Defendemos a implementação nos planos municipais de ordenamento territorial de mecanismos de recuperação pública das mais-valias urbanísticas (acréscimo do valor de um prédio em resultado de decisões administrativas). E devemos lutar pela criação de uma entidade inspectiva para as autarquias locais que promova a transparência e o combate à corrupção.



1. Habitação

Cidades habitáveis

O Direito à Habitação
não espera.





1. Habitação

Cidades habitáveis

O Direito à Habitação não espera.

Em **VILA FRANCA DE XIRA**, a crise da habitação continua a demonstrar, de forma inequívoca, que trabalhar significa não conseguir pagar uma casa e a habitação tornou-se o principal fator de empobrecimento para uma grande parte das famílias.

No nosso município, o preço da habitação disparou de 1.745€/m² em maio de 2023 para 2.219€/m² em maio de 2025 — uma subida de 27% em apenas dois anos. Também as rendas sofreram um aumento significativo no Concelho.

Esta escalada histórica não pode ser explicada apenas pelo contexto internacional. Há escolhas políticas que agravaram a situação: os Vistos Gold, os Benefícios Fiscais a fundos de investimento, a desregulação do Alojamento Local e o licenciamento desenfreado de hotéis contribuíram diretamente para a especulação imobiliária e para o afastamento das famílias dos centros urbanos.

Os municípios não estão isentos de responsabilidade neste processo. Em Vila Franca de Xira, apesar de existirem instrumentos legais para regular o mercado, condicionar grandes empreendimentos imobiliários ou proteger o arrendamento acessível, o atual executivo optou por uma política de desregulação favorável aos interesses do mercado.

Projetos como a Vila Rio, na Póvoa de Santa Iria, são exemplos disso: investimentos de grande escala, orientados para segmentos de luxo, com impactos ambientais e sociais significativos e nenhuma resposta às necessidades reais da população local.

Também a decisão da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de colocar à venda o antigo complexo da Escola da Armada a promotores imobiliários revela a total ausência de uma visão estratégica e desconsideração pelo interesse público. Após um investimento de 8 milhões de euros e oito anos de abandono, a proposta de



venda a privados condiciona inevitavelmente o destino do terreno para projetos de imobiliário de luxo de grande escala. Também a incerteza relativamente aos terrenos da Eurofil na Póvoa de Santa Iria prova mais uma vez a incapacidade de tomar decisões e de avançar com projetos estruturantes para o território.

Ao invés de travar a especulação, o executivo municipal escolheu adicionar mais pressão sobre os preços e abrir caminho à gentrificação, dificultando a vida às famílias trabalhadoras do território.

Há muito que o diagnóstico está feito. Os candidatos/as e os eleitos/as do Bloco de Esquerda têm como principal tarefa exigir aos executivos municipais, no que lhes compete, medidas que revertam esta situação de catástrofe habitacional. Perante o maior volume de sempre de financiamento para habitação, impõem-se respostas municipais às milhares de famílias que vivem em situação habitacional indigna.

Entre elas estão as que o Bloco tem vindo a apresentar e que se mostram fundamentais:

- ✓ Construção pública de novos alojamentos, integrados na malha urbana, com diferentes modalidades (renda apoiada, custos controlados, etc.).
- ✓ Definição de uma quota de 25% na nova construção de iniciativa privada para habitação a custos controlados.
- ✓ Definição de metas municipais para o aumento do parque público habitacional, seguindo o exemplo de outros países.
- ✓ Travar a venda de qualquer edificado ou terreno municipal suscetível de uso habitacional.
- ✓ Criação de um programa municipal de incentivo à constituição de cooperativas de habitação de propriedade coletiva, disponibilizando apoio técnico e jurídico, terrenos municipais através de direito de superfície e acesso facilitado a financiamento, com o objetivo de promover soluções acessíveis, sustentáveis e livres de especulação.



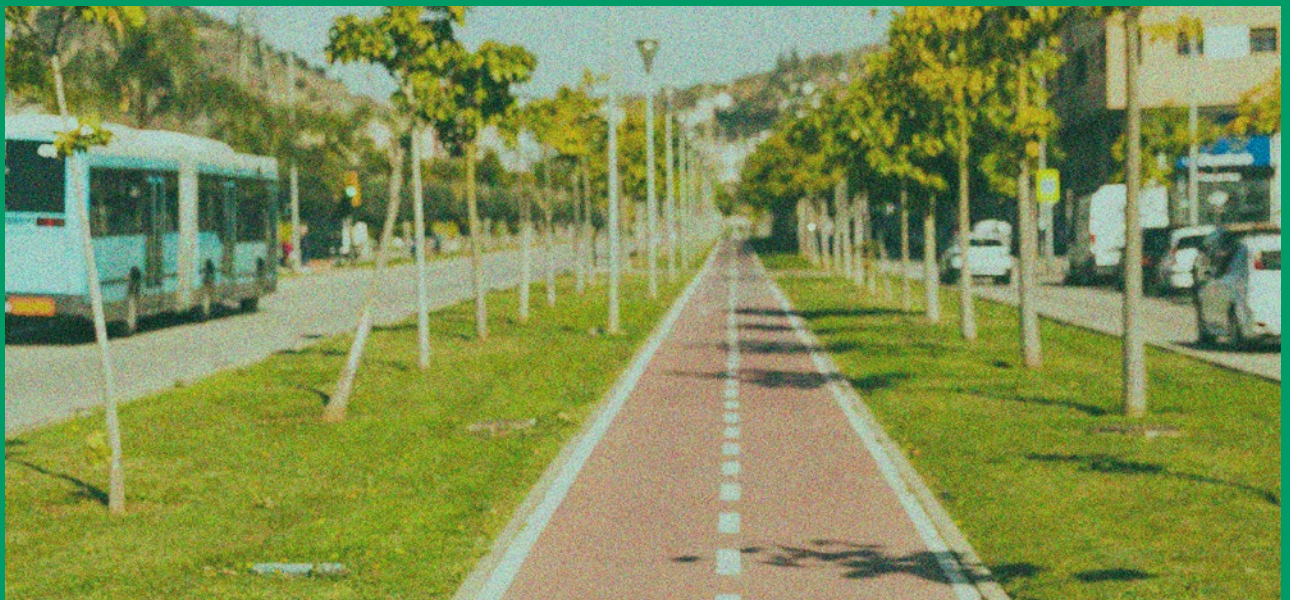
- ✓ Diálogo com os proprietários dos prédios devolutos dos centros históricos, de modo a compreender como pode a autarquia contribuir para a reabilitação dos imóveis e sua colocação no mercado de arrendamento de longa duração, com rendas acessíveis.
- ✓ Classificação e reabilitação de antigos bairros operários, mantendo a sua vocação residencial.
- ✓ Travar a venda dos terrenos públicos da antiga Escola da Armada e lançar um processo de auscultação pública sobre o futuro daquele espaço. Propomos habitação a preços controlados, uma residência estudantil e equipamentos culturais e comunitários.
- ✓ Implementação de normas de construção sustentável, nomeadamente de isolamento térmico e de produção de energia renovável descentralizada, de sistemas de ventilação, de aproveitamento das águas pluviais e de lugares para bicicletas.
- ✓ Criação de apoios ou mecanismos de intervenção em habitações de famílias em carência económica que garantam a eficiência energética dos edifícios.
- ✓ Reforçar a capacidade de fiscalização municipal face a situações de habitação indigna, com especial atenção aos casos de sobrelotação, promovendo mecanismos que assegurem o direito à habitação condigna e soluções temporárias de realojamento de emergência, quando necessário.
- ✓ Garantir a criação de um pelouro municipal exclusivo dedicado à área da Habitação, promovendo uma estrutura administrativa especializada, integrada e não fragmentada, capaz de assegurar o direito à habitação digna para todos os munícipes.
- ✓ Criação de Conselhos Locais de Habitação, como previsto na Lei de Bases, garantindo participação efetiva de associações de moradores, movimentos sociais e entidades técnicas na definição das políticas habitacionais.



- ✓ Agravar o IMI dos fogos devolutos, por forma a diferenciar quem investe nas habitações, nelas habita ou arrenda, de quem as prefere manter fechadas. Desta forma cria-se pressão para a reabilitação dos imóveis e o seu potencial arrendamento. Esta medida pode e deve ser associada a serviços municipais de apoio técnico a proprietários que deles necessitem de modo a promover reabilitação ou arrendamento.
- ✓ Exercer o direito de preferência do Município nas ARU – Áreas de Reabilitação Urbana em imóveis com impacto na reabilitação de ruas e quarteirões, por forma a garantir a sua reabilitação e colocação no mercado de arrendamento a custos controlados, para jovens e famílias, em concursos e/ou sorteios diferenciados. Actualmente, a dinâmica das ARU pouco mais garante que a colocação de algumas dezenas de fogos reabilitados por ano nos mercados de arrendamento e venda, a custos de mercado, incomportáveis para jovens e para a maioria dos cidadãos.

2. Mobilidade

Para transformar
o território.





2. Mobilidade

Para transformar o território.

VILA FRANCA DE XIRA continua presa a um modelo ultrapassado, onde o carro individual domina a mobilidade no concelho, com tudo o que isso implica em termos de emissões, congestionamento, ruído, sinistralidade e ocupação de espaço público.

A bicicleta e a caminhada continuam a ser vistas apenas como atividades de lazer e não como formas sérias e viáveis de deslocação quotidiana. **A falta de ciclovias urbanas seguras e interligadas, o desinvestimento na acessibilidade pedonal e a ausência de uma estratégia integrada colocam o concelho entre os piores da Área Metropolitana de Lisboa em matéria de mobilidade ativa (PMMUS, 2024).**

As falhas no cumprimento da Estratégica Nacional de Mobilidade Ativa e Ciclável são visíveis: sem financiamento adequado, sem recursos humanos técnicos e com projetos muitas vezes mal executados, os poucos investimentos que chegam continuam a ignorar as reais necessidades das populações.

Os transportes públicos continuam a ser insuficientes nas ligações entre freguesias, sobretudo nas zonas periféricas e rurais do concelho. E o espaço urbano continua subordinado à lógica do automóvel, reduzindo o espaço público de qualidade disponível para o convívio, a mobilidade suave e o usufruto coletivo.

O Bloco de Esquerda apresenta uma visão diferente: queremos uma mobilidade segura, inclusiva, ecológica e interligada. Propomos a criação de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, a redução dos limites de velocidade para 30 km/h em áreas urbanas, o desenvolvimento de uma rede ciclável funcional entre todas as freguesias, a criação de um sistema público de bicicletas partilhadas, a criação de zonas de coexistência e ruas pedonais, e o alargamento da rede de transportes públicos no concelho.



Para garantir territórios mais justos e sustentáveis, é essencial uma monitorização contínua das necessidades de mobilidade, integrando-a com o planeamento urbanístico, habitacional e ambiental. Garantir que estas medidas são tomadas de forma socialmente justa é parte do compromisso da esquerda.

Por isso, trabalharemos em várias medidas:

- ✓ Elaboração e implementação de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.
- ✓ Criação de um Observatório Cívico de Mobilidade, integrando autarquias, utentes, técnicos, academia e movimentos locais, com o objetivo de avaliar o impacto das políticas locais ao nível da mobilidade e propor medidas de melhoria.
- ✓ Aposta na acessibilidade e massificação dos transportes públicos, promovendo o aumento da regularidade e continuando a trajetória de redução tarifária.
- ✓ Introdução da modalidade de “transporte a pedido”, como forma de satisfação de necessidades de transporte nas áreas rurais do concelho.
- ✓ Adoção dos princípios *Cittaslow*: promoção da mobilidade leve e das deslocações quotidianas saudáveis, visando a consolidação de tecidos urbanos coesos que contrariem a tendência de agravamento do trânsito.
- ✓ Criação de zonas de coexistência em todas as freguesias, avaliando a possibilidade de alargamento do número de artérias de trânsito exclusivamente pedonal.
- ✓ Adaptação do espaço público que permita a mobilidade ativa e inclusiva.
- ✓ Disponibilização *online* do regulamento municipal de trânsito.
- ✓ Intervenção de readequação da área envolvente à estação ferroviária da Castanheira do Ribatejo.



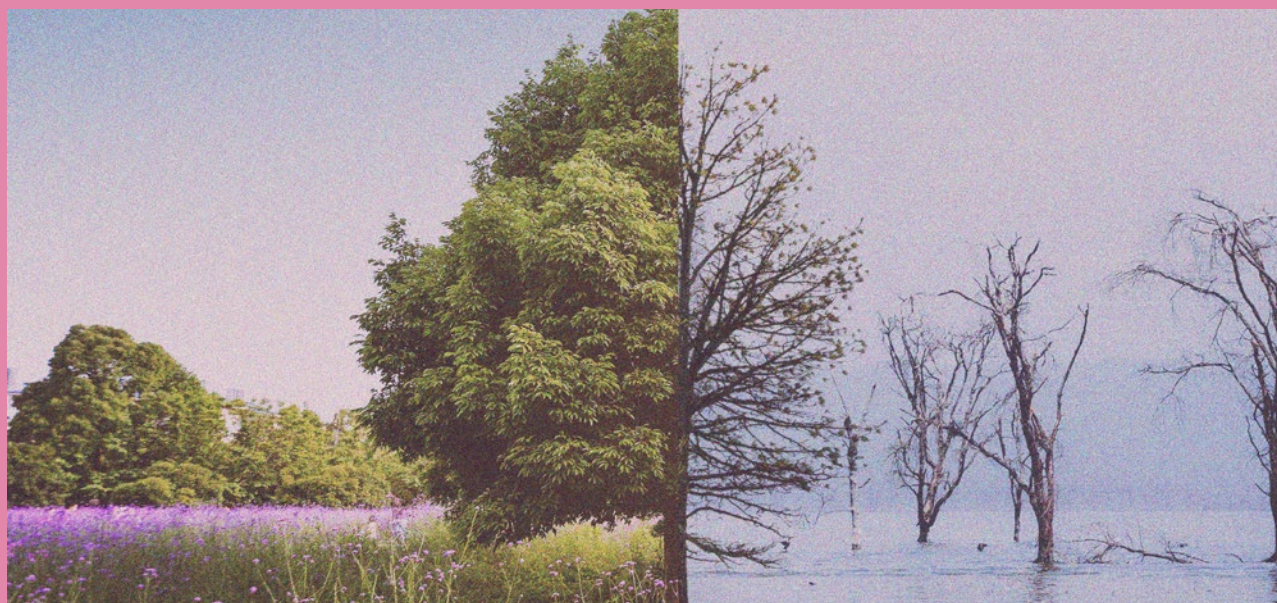
- ✓ Criação de uma rede de ciclovias que una as seis freguesias, bem como a criação de um sistema de bicicletas de utilização pública.
- ✓ Implementar parques de estacionamento dissuasores nas entradas das cidades, articulados com redes de transporte público e modos suaves de mobilidade, para reduzir o uso do automóvel individual e melhorar a qualidade do ar.
- ✓ Estabelecer um dia por mês sem carros, promovendo o uso dos transportes públicos, bicicletas e caminhadas, numa lógica de sensibilização, segurança e redução de emissões.



3.

Ambiente

**Luta contra
a degradação
ambiental.**





3. Ambiente

Luta contra a degradação ambiental.

VILA FRANCA DE XIRA precisa de mais espaços verdes e ruas pedonais, mais praças e ruas arborizadas, mais qualidade do ar e da água, mais bem-estar nas ruas e mais cuidado com todos os seres vivos.

O combate às alterações climáticas começa no sítio onde vivemos. Para enfrentar a crise climática, o poder local comprometido pode adoptar medidas de mitigação e de adaptação, mas também pode ter um efeito inspirador e mobilizador para mudanças mais amplas.

O projeto ecossocialista que defendemos integra ecologia, justiça social e direitos dos animais numa só visão: um concelho habitável, saudável, seguro e livre de violência.

As autarquias devem tornar os seus edifícios e serviços neutros em carbono até 2030, apostando em energia solar descentralizada em edifícios públicos e habitação camarária. Parcerias com outras entidades públicas e com PME podem ser desenvolvidas para que a energia limpa descentralizada resultante de iniciativas do poder local possa ser fornecida a outros setores da sociedade.

Com Portugal atrasado ao nível da adaptação, a revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) deve priorizar a adaptação aos fenómenos extremos, considerando cursos de água, riscos de cheias e a subida do nível do mar. No interior e no sul do país, a arborização e a criação de pontos de arrefecimento são medidas urgentes para enfrentar o calor extremo.

A edificação de “cidades esponja”, capazes de absorver a pluviosidade extrema, protegendo as pessoas e limitando a perda de água deve igualmente fazer parte das prioridades de projetos ecossocialistas de poder local. E a proteção dos e das trabalhadoras camarárias ou ao serviço das autarquias, sobretudo nos casos em que laboram expostos ao frio, chuva ou calor intensos, deve ser regulamentada em diálogo com as suas organizações representativas.



Queremos bairros mais frescos, pedonáveis, mais árvores em todas as freguesias, energia limpa e acessível, vizinhanças com espaços para brincar, viver e respirar — com políticas públicas que cuidem das pessoas, do ambiente e dos animais.

3.1 Medidas locais pelo clima

- ✓ Plantação de novas áreas verdes em meio urbano como sumidouro de carbono, regulação da temperatura e da qualidade do ar.
- ✓ Alteração do Plano Municipal de Arborização, estabelecendo metas mais ambiciosas no que respeita ao número de árvores a plantar e ao crescimento da área verde em todas as freguesias.
- ✓ Lançamento de um projeto piloto que permita a cogestão de espaços verdes de pequena e média dimensão a comunidades de vizinhos que manifestem essa vontade.
- ✓ Análises físico- químicas regulares e biomonitorização nas linhas de água, bem como requalificação da vegetação ripícola e combate às espécies invasoras.
- ✓ Elaborar um Mapa Municipal de Ruído atualizado e georreferenciado, que identifique as principais fontes de poluição sonora no concelho e permita avaliar os níveis de exposição da população ao ruído ambiente.
- ✓ Intensificação da monitorização de qualidade do ar em zonas de maior pressão industrial.
- ✓ Conclusão do processo de classificação da Reserva Natural Local das Salinas de Alverca do Ribatejo e Forte da Casa.



- ✓ Proteger e reabilitar as galerias ripícolas de cursos de água e proteger os recursos hídricos.
- ✓ Implementar normas de construção sustentável, nomeadamente de isolamento térmico e de produção de energia renovável descentralizada, de sistemas de ventilação, de aproveitamento das águas pluviais, de lugares para bicicletas.
- ✓ Garantir que os edifícios da autarquia atingem neutralidade climática em 2030.
- ✓ Adoção e promoção de soluções de autoconsumo de energia renovável, seja na modalidade coletiva ou através de cooperativas de energia, tendo em vista produzir energia de forma mais sustentável.

3.2 Recolher, Reparar, Partilhar: Uma cidade que pensa no futuro

VILA FRANCA DE XIRA tem de rejeitar o modelo linear - produzir, usar e deitar fora - e adoptar um novo paradigma de produção assente na economia circular e no desenvolvimento sustentável.

A gestão dos resíduos urbanos em Vila Franca de Xira é uma responsabilidade municipal essencial à saúde pública, ao ambiente e à qualidade de vida. A Câmara assegura a recolha dos resíduos indiferenciados, recicláveis e monos, encaminhando - os para tratamento através da Valorsul. No entanto, esta resposta tradicional — centrada na deposição e no transporte — já não é suficiente face aos desafios ambientais atuais.



É preciso ir mais longe: promover a redução do lixo na origem, investir na economia circular, ampliar a compostagem comunitária, criar redes de reparação e reutilização e reforçar a educação ambiental como política transversal. Para o Bloco de Esquerda, gerir resíduos não é só recolher — é transformar a forma como vivemos e consumimos.

É necessária uma intervenção abrangente nas políticas de resíduos. Só é possível reduzir drasticamente se o fizermos a começar na produção, com medidas de responsabilização das empresas produtoras e distribuidoras, com a eliminação da sobreembalagem, de reutilização e de embalagens e de abandono da cultura do descartável. Às autarquias cabem as políticas a jusante.

Queremos um concelho que, de olhos postos no futuro, saiba valorizar o que já existe, que promova a inovação local, que envolva comunidades, escolas e serviços públicos na construção de um modelo mais sustentável, justo e participado na gestão dos resíduos.

Propomos:

- ✓ Aumento da verba transferida para as Juntas de Freguesia para tarefas de higiene urbana, nomeadamente com a transferência de 15% das receitas de IMI.
- ✓ Projeto piloto de recolha porta- a- porta de resíduos, de forma a testar uma política mais eficaz de recolha e gestão de resíduos.
- ✓ Empenho no encerramento do aterro sanitário do Mato da Cruz, a par de um discurso claro pela redução de deposição de resíduos em aterro.
- ✓ Promoção de uma cultura de desperdício zero nos serviços municipais, servindo de exemplo para boas práticas.
- ✓ Promoção de compras ecológicas no setor municipal, garantindo ciclos de produção- consumo curtos e métodos sustentáveis de produção.



- ✓ Alargamento do programa de compostagem e tratamento de resíduos urbanos com a instalação de compostores comunitários, hortas urbanas e jardins municipais. Estes programas serão devidamente monitorizados e acompanhados por campanhas de sensibilização.
- ✓ Dinamização de ações de educação ambiental em âmbito extra- escolar, com foco na reciclagem e compostagem, e na utilização das infraestruturas disponíveis no concelho para o efeito.
- ✓ Criar em todas as freguesias um Centro de Reparação e Reutilização de pequenos eletrodomésticos e equipamentos. (exemplos: Oficinas de bicicletas, reparação de pequenos electrodomésticos; reparações e trocas de móveis e roupas).
- ✓ Criação de um Selo Verde Municipal: criação de um sistema de certificação municipal para as entidades que adotem práticas de economia circular, reutilização de embalagens e ou vendas a granel.
- ✓ Criação de Bancos de Materiais de construção, para poderem ser utilizados em obras públicas e ou doados.
- ✓ Criação de oportunidades para troca ou venda de bens usados nos espaços públicos ou municipais.
- ✓ Criação de um programa municipal de recolha de roupas e têxteis usados, em parceria com as escolas, com vista à sua reutilização, transformação criativa ou reaproveitamento com novas funções sociais e ambientais.
- ✓ Realização de um estudo sobre a viabilidade da implementação de uma taxa turística no concelho, prevendo que a eventual receita gerada possa ser canalizada para iniciativas de educação ambiental, proteção do património natural e promoção de práticas sustentáveis no território.
- ✓ Promover o sector dos resíduos como serviço público.



- ✓ Recusar medidas tarifárias de responsabilização individual (como o PAYT - Pay As You Throw) sem que estejam garantidas medidas de tarifário social e medidas de redução de resíduos e de criação de alternativas de consumo a montante e jusante.
- ✓ Implementar e ampliar novos métodos de recolha, como o porta- a- porta.
- ✓ Criar fluxos de resíduos, nomeadamente antecipar a entrada em vigor do fluxo dos biorresíduos.
- ✓ Garantir que as receitas da Taxa de Gestão de Resíduos são atribuídas maioritariamente às autarquias para programas de melhoria do sector dos resíduos.
- ✓ Criar comissões de acompanhamento das estruturas de tratamento e armazenamento de resíduos com a participação da população, de associações ambientalistas e de universidades.
- ✓ Exigência, enquanto município accionista da VALORSUL, o encerramento do aterro sanitário de Mato da Cruz em Alverca, sem mais prorrogações de prazos. Propor que a VALORSUL aposte mais na reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, abandonando progressivamente os aterros que possui, e honrando o compromisso com Vila Franca de Xira - encerrar o aterro e proceder à sua reabilitação.
- ✓ Reforço do apoio municipal às pequenas e médias empresas, às cooperativas e ao comércio local, através de programas de incentivo à transição ecológica e digital, à criação de emprego digno e à modernização de equipamentos e espaços.



3.3 Cidades amigas dos animais

O poder local tem uma grande responsabilidade na garantia do bem estar animal. Desde a segunda década do séc. XX que a competência relativa ao bem- estar de animais de companhia, errantes e assilvestrados é dos municípios, principalmente na perspetiva da garantia da saúde pública. Com a evolução social, científica e política, as preocupações com a saúde e bem- estar animal passaram também a fazer parte dessas competências.

No entanto, muitos municípios têm tardado em avançar com iniciativas que concretizem essas responsabilidades. Também na fiscalização e licenciamento de atividades, os municípios podem ter muito maior iniciativa e desenvolver regulamentos que se adaptem à legislação nacional de bem- estar animal e ao que em 2017 foi inscrito no código civil, com a Lei n.8/2017, o estatuto jurídico dos animais que reconhece a sua sensibilidade e o direito a serem protegidos.

O Bloco de Esquerda tem se batido em todo o território, e continuará a fazê-lo, para que exista um avanço concreto nas políticas de bem- estar animal pelo que tem advogado políticas de esterilização e adoção de animais, de regulamentação de proteção dos animais para estabelecer os deveres das autarquias e dos munícipes,

Para que estas políticas sejam levadas com seriedade é necessário:

- ✓ O não licenciamento de espetáculos com animais nem a atribuição de qualquer tipo de apoio - direto ou indireto - a esses espetáculos.
- ✓ Uma provedoria dos animais que apoie os munícipes e que seja dotada de meios financeiros e técnicos para a efetiva progressão das políticas de bem-estar animal.
- ✓ Investimento dos municípios em serviços de bem estar animal, quer de apoio veterinário básico, parques animais em jardins públicos, promoção e apoio de santuários de animais onde exista especial incidência de animais



abandonados e maltratados, assim como inclusão das estruturas de albergue de grande número de animais nos planos de emergência municipal para situações de eventual necessidade de socorro em caso de desastre ou catástrofe.

- ✓ Que cada município passe a dispor de um espaço moderno de albergue de animais e que aceda aos apoios que recorrentemente o Estado Central tem vindo a disponibilizar para essa questão e para a política de esterilização.
- ✓ Rede de parques para animais nos espaços públicos, com zonas de treino e lazer, em todas as freguesias.
- ✓ Apoios à criação de santuários e colónias controladas de animais errantes, já referidos mas que podem ser melhor detalhados com exemplos.
- ✓ Criar serviços veterinários municipais gratuitos ou com tarifa social, destinados a famílias com baixos rendimentos, assegurando o acesso a cuidados básicos de saúde animal e a campanhas de vacinação e esterilização.
- ✓ Estudar a criação de cemitérios e/ou crematórios municipais para animais de companhia, onde não existam, garantindo um serviço acessível e digno para as famílias e contribuindo para práticas sanitárias responsáveis, em articulação com normas ambientais e de saúde pública.



4. Serviços Públicos

A expressão local
das funções sociais
do Estado.





4. Serviços Públicos

A expressão local das funções sociais do Estado.

O mandato autárquico iniciado em 2021 ficou marcado pela transferência de competências para os municípios, especialmente em áreas tão sensíveis como a da Educação, da Saúde e da Ação Social. Este processo de transferência de competências, contestado por várias autarquias, também em Vila Franca de Xira levantou dúvidas quanto à sua eficácia e sustentabilidade. Ao assumir novas responsabilidades sem o devido reforço financeiro, técnico e humano, o município viu-se confrontado com limitações reais na capacidade de garantir serviços públicos de qualidade.

Para o Bloco de Esquerda, é urgente resgatar a matriz originária do Poder Local: uma construção coletiva e plural, enraizada no espírito da Constituição da República Portuguesa (CRP), que exige mais participação cidadã e menos concentração de poder nos executivos municipais. Por outro lado, não é com pseudo-descentralização de delegação forçada de competências com superintendência do poder central, que conseguimos atribuir autonomia de intervenção ao poder municipal e/ou regional.

Em Vila Franca de Xira, queremos uma resposta que combata a disparidade territorial e que ponha os serviços públicos no centro da política autárquica.

Propomos uma governação participativa, transparente e democrática, que envolva a população na definição das prioridades locais — da habitação à saúde, da mobilidade ao clima, dos direitos sociais à cultura, e com foco na melhoria efetiva da qualidade da democracia local. Para isso, é fundamental reforçar o investimento público, valorizar os trabalhadores das autarquias e dar voz às comunidades na construção de um concelho mais justo e inclusivo.



4.1 Por uma escola pública de qualidade

A educação é um dos pilares essenciais ao desenvolvimento das cidadãs e dos cidadãos, contribuindo para a alavancagem da ascensão social e fortalecimento da democracia. Nos últimos anos, a descentralização na área da educação teve lugar e alguns problemas subsistem. Nomeadamente, pela falta de meios de muitos municípios em fazer face aos investimentos necessários para manutenção e reabilitação de estabelecimentos de ensino, o que representa a consolidação de um país a várias velocidades, aprofundando as assimetrias atualmente existentes, conforme o poder económico do município.

Para o Bloco de Esquerda estas responsabilidades nunca deveriam ter saído do governo central, assim como quaisquer decisões de carácter pedagógico, num currículo que se quer independente e baseado em fundamentos pedagógicos.

Continua a ser relevante, apesar de tudo, que sejam tidas em atenção algumas medidas:

- ✓ Garantir condições mínimas de conforto para aprender e ensinar, nomeadamente no que toca à eficiência energética dos edifícios e ao conforto térmico das salas e pavilhões.
- ✓ Implementar nas escolas formas eficientes e ecológicas de captação de energias limpas, nomeadamente através da energia solar, possibilitando poupanças significativas e constituindo, ao mesmo tempo, exemplos de boas práticas no combate às alterações climáticas para as gerações mais novas
- ✓ Garantir que todas as escolas dispõem de equipamentos tão essenciais como refeitórios, salas de convívio ou ginásios, e em condições, devendo ser realizado um levantamento sucessivamente atualizado das necessidades para resposta rápida. A garantia de acessibilidade a todas as pessoas deve ser considerada em todas as circunstâncias.
- ✓ Remover o amianto das escolas.



- ✓ Promover nas escolas espaços de inclusão nos quais as comunidades migrantes façam parte plena, partilhando experiências, dando espaço à organização de workshops sobre as histórias das suas cidades e país e partilha da sua língua materna, promovendo a interculturalidade fundamental à coesão social.
- ✓ Garantir a todos os alunos e alunas o direito a uma aprendizagem plena da língua portuguesa.
- ✓ Garantir a todos os alunos e alunas o direito a uma aprendizagem plena e adequada às suas necessidades.
- ✓ Aumentar a oferta da valência de creche, através da criação de oferta pública e gratuita, de acesso universal. É necessário, para isso, que haja abertura para a revisão da Lei de Bases do sistema educativo, incluindo-a como um dos pilares a considerar como essencial às crianças e às suas famílias.
- ✓ Reforçar os mecanismos de apoio e as equipas multidisciplinares existentes nos agrupamentos, nomeadamente com a alteração dos rácios e o reforço de psicólogos, assistentes sociais e mediadores culturais, sobretudo nas escolas localizadas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).
- ✓ Reforçar os mecanismos e recursos do Programa Escola Segura, que deve trabalhar em conjunto com os mediadores culturais de cada escola para ajudar a promover um ambiente escolar mais saudável, tolerante e inclusivo.
- ✓ No que se refere aos alunos e alunas com Necessidades Educativas Específicas (NEE), é indispensável reforçar a formação de assistentes operacionais com funções de ação educativa.
- ✓ Inverter a lógica de privatização das cantinas escolares, fomentando cantinas com hábitos alimentares saudáveis e uma melhor qualidade dos alimentos, não apenas para garantir aos alunos e comunidades escolar melhores refeições, mas também para acabar com as situações de



precariedade, de baixos salários e a ausência de direitos dos trabalhadores, de muitas empresas contratadas para a prestação deste serviço.

- ✓ Criação de Planos Estratégicos de Educação Municipais que reflitam estas preocupações, antecipando respostas e ultrapassando o habitual caminho de reação aos problemas.
- ✓ Encontrar soluções para alojamento académico, nomeadamente nas autarquias onde estão instaladas Universidades, Institutos Superiores Politécnicos, Escolas Superiores, Faculdades e Centros de Investigação, seja por via da disponibilização de imóveis municipais para o efeito, seja através de parcerias com o Governo Central para a construção e reabilitação de edifícios.
- ✓ Manter contacto de proximidade com associações de pais, direcções de agrupamento de escolas e associações de estudantes de modo a que o diálogo permanente permita a criação de sinergias entre todas as entidades responsáveis pela escola pública.
- ✓ Reforçar o apoio do Município ao programa Escola a Tempo Inteiro, em articulação com os agrupamentos escolares e entidades promotoras, garantindo uma oferta mais qualificada, coesa e equitativa de atividades extracurriculares em todo o concelho. O objetivo é assegurar melhores condições para os alunos e maior apoio às famílias.



4.2 Acesso ao SNS

Apesar das autarquias não serem definidoras de políticas públicas de saúde, têm a capacidade de promover a saúde e qualidade de vida dos seus habitantes, seja no proporcionar de melhores condições ambientais e sociais, seja na colaboração ativa e concreta com os serviços do Serviço Nacional de Saúde e outras entidades parceiras que criem e implementem projectos definidores de cidades saudáveis.

Toda a atuação e planeamento de uma autarquia deve ser articulada e guiada pelas políticas nacionais do SNS, não devendo nunca servir de substituição a este. As autarquias devem, por isso, funcionar sempre num regime de complementaridade ao SNS. Além disto, devem acompanhar de perto as suas dificuldades e exigir que este responda adequadamente às necessidades da sua população, que a nível de cuidados hospitalares quer ao nível dos cuidados de saúde primários.

As políticas autárquicas devem ter a área da Saúde refletida em todas as ações.

Urbanismo, Mobilidade, Habitação e Ambiente devem ser sempre consideradas como fortes determinantes sociais da saúde de uma população e por isso estas devem ter em conta a Saúde no seu planeamento e execução. Acresce, hoje, a responsabilidade municipal em gerir grande parte dos equipamentos em saúde.

Para o desenvolvimento de comunidades mais saudáveis e como medidas estruturais propomos:

- ✓ Denúncia dos dados referentes aos municípios sem médico de família, dificuldades no acesso aos cuidados de saúde primários e hospitalares à ULS Estuário do Tejo e restantes entidades competentes de modo a agilizar todos os procedimentos necessários a garantir um acesso à saúde equitativo.
- ✓ Apoio à fixação de médicos de família, enfermeiros, técnicos auxiliares de diagnóstico e assistentes operacionais no SNS, bem como reforço das equipas de psicólogos, nutricionistas e higienistas orais, de acordo com as suas necessidades registadas após averiguação das mesmas junto dos profissionais.



- ✓ Manutenção e atualização dos equipamentos de saúde de gestão municipal.
- ✓ Participação no processo de decisão relativo ao modelo de gestão do hospital de Vila Franca de Xira e centros de saúde do concelho.
- ✓ Atualização do Plano Municipal de Saúde, com base no diagnóstico traçado no Perfil de Saúde também atualizado.
- ✓ Criação da Rede Municipal de Saúde, envolvendo Juntas de Freguesia, parceiros sociais, parceiros na área da educação e associativismo.
- ✓ Fomentação da participação no município na Rede dos Municípios Saudáveis, promovendo maior participação em projectos e iniciativas que respondam às necessidades populacionais.
- ✓ Desenvolvimento de campanhas para o aumento da literacia em saúde e literacia de acesso ao SNS, com sessões descentralizadas e comunitárias, envolvendo as farmácias como parceiros indispensáveis.
- ✓ Promoção de campanhas de rastreio e prevenção em saúde, de acordo com o perfil de saúde diagnosticado no concelho.
- ✓ Criação de um Plano Municipal de Saúde Mental com consultas acessíveis e apoio psicológico nas escolas e Junta de Freguesia.
- ✓ Programas educativos de alimentação e atividade física em escolas e creches.
- ✓ Apoio à investigação em saúde, através da criação de parcerias e co- financiamento com Universidades e Centros de Investigação.
- ✓ Manutenção da defesa dos direitos das vítimas do surto da Legionella em 2014, acompanhando de forma solidária e permanente as iniciativas a desenvolver.



4.3 Responder a quem mais precisa

Portugal é um dos países mais envelhecidos do mundo. Segundo os Censos de 2021, 23,4% da população tinha 65 ou mais anos de idade. Tendo esta realidade como ponto de partida, **as políticas públicas devem implementar estratégias capazes de enfrentar o isolamento e a solidão das e dos mais idosos.**

Simultaneamente, esta faixa etária é também das mais empobrecidas, sendo as mulheres as mais atingidas pelas desigualdades sociais. Devem também ser implementadas respostas para diminuir a taxa de risco de pobreza dos seniores e reformados. A maior parte das respostas sociais são de natureza privada, ou via setor social não lucrativo ou via privada com fim lucrativo.

Assim, as e os autarcas do Bloco de Esquerda comprometem-se na defesa de:

- ✓ Elaborar Planos Municipais Integrados de Combate à Pobreza, com diagnósticos participados, metas concretas e articulação com fundos do PRR e da UE, nomeadamente do Fundo Social Europeu.
- ✓ Programas de reabilitação urbana, elaborados pelas autarquias, com atenção privilegiada às habitações dos munícipes seniores, adaptando- as arquitetonicamente à fase de envelhecimento e dotando- as de eficiência energética. A fase de envelhecimento deve ser vivida num ambiente acolhedor com dignidade.
- ✓ Implementação do Fundo Municipal de Emergência Social, com vista à atribuição de apoios financeiros de carácter urgente a agregados familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade, respondendo de forma célere a situações de emergência económica e social.
- ✓ prioridade ao policiamento de proximidade que, em articulação com as juntas de freguesia, USF ou Centros de Saúde, permitam a sinalização de seniores em risco, seja de violência, seja de solidão ou seja de pobreza extrema.



- ✓ Criação de Gabinetes de Apoio aos Seniores, nomeadamente no apoio ao acesso a aplicações informáticas (segurança social direta, e- fatura, portal das finanças entre outras) em todas as freguesias e uniões de freguesias.
- ✓ Criação ou implementação de um Sistema de Telecuidado público articulado com o SNS.
- ✓ Investimento público para a implementação de soluções de habitação e de coabitação sénior.
- ✓ Criação de um sistema de transporte municipal gratuito, preferencialmente elétrico, para deslocações aos serviços de saúde e para distribuição de medicamentos.
- ✓ Criação de programas de formação para seniores para aquisição de competências e aumentar a literacia no uso das tecnologias de informação, nomeadamente permitindo o acesso à telessaúde e a consultas à distância.
- ✓ Acompanhar e suscitar a fiscalização rigorosa dos lares, centro dia e serviços de apoio domiciliário, de acordo com a legislação que permita uma intervenção corretiva imediata.
- ✓ Criar ou reforçar serviços de pequenas reparações domésticas (canalizações, instalações elétricas, janelas, etc.) a fim de reduzir os acidentes domésticos e contribuir para a poupança de água e de eletricidade.
- ✓ Garantir através das autarquias acesso às universidades seniores a utentes de rendimentos baixos.
- ✓ Apoiar a criação de uma Rede Pública de Lares - Construção ou cedência de terrenos para construção de equipamentos de apoio aos idosos como lares, centros de dia e noite para entrega de gestão ao Estado Central.



- ✓ Criar redes de cuidadores municipais, com formação e apoio técnico, articuladas com os serviços sociais e de saúde, e programas específicos de apoio a cuidadores informais.
- ✓ Criação de um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e de Centros de Proximidade, em parceria entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Ministério da Saúde e as autarquias.

4.4 Tarifa Social da Água

A instituição da Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas das famílias carenciadas do país, isentando- as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. Desta forma, aprofundou- se, em Portugal, o acesso à água como um direito universal.

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é, em praticamente todo o país, dependente de um moroso e complexo processo burocrático da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de 780 mil agregados familiares elegíveis a esta tarifa de valor reduzido.

Assim, as e os autarcas do Bloco de Esquerda comprometem- se a:

- ✓ Propor a automatização da Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos em todo o território nacional.
- ✓ Reafirmar o compromisso com a defesa da água como bem público universal, opondo- se à sua privatização ou concessão a privados e batendo- se pela sua reversão nos municípios que optaram pela entrega da gestão deste bem a empresas privadas.



4.5 Combate à violência contra as mulheres e à discriminação da população LGBTI+

A política local desempenha um importante papel na promoção da igualdade. A desigualdade de género que se manifesta em aspetos sociais, culturais, políticos e económicos tem uma das suas marcas mais profundas na violência doméstica como o crime que mais mata no nosso país.

Compete às Câmaras Municipais assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente, através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade. Estes planos pretendem ser instrumentos de planeamento de políticas públicas locais que combatam assimetrias de género e fixam indicadores e metas a alcançar.

Assim, as autarcas e os autarcas do Bloco de Esquerda comprometem- se a:

- ✓ Defender a implementação dos Planos Municipais para a Igualdade, a criação de gabinetes municipais de atendimento, apoio e encaminhamento das vítimas de violência doméstica.
- ✓ Propor o desenvolvimento de campanhas de sensibilização e informação para o combate à violência contra as mulheres são instrumentos a ser generalizados a todos os municípios do país.
- ✓ Pugnar pela adesão dos municípios à Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. Os maiores entraves à autonomização das vítimas de violência doméstica, especialmente para as que saem de casas- abrigo prende- se com a dificuldade no emprego e na habitação. As autarquias têm a responsabilidade de responder a essa necessidade com apoio à formação profissional e à procura de emprego e através da inclusão das vítimas de violência doméstica nas prioridades de atribuição de fogos de habitação municipal ou da disponibilização de outros fogos para arrendamento a custos controlados.



- ✓ Assinalar os dias internacionais e nacionais que promovem a igualdade de direitos e combatem discriminações (8 de março, 25 novembro, 21 de março, 17 de maio, entre outros).
- ✓ Promover a criação de Gabinetes Municipais para a Igualdade, que sejam espaços de informação (sobre direitos individuais, sociais e laborais, saúde, educação, cultura, programas de apoio,) e de promoção de iniciativas relacionadas com a igualdade de género e o combate às discriminações.
- ✓ Defender uma política de urbanismo que cumpra as regras da acessibilidade inclusiva e promova um espaço público confortável e mais seguro, melhorando a iluminação pública e privilegiando um policiamento de proximidade, em alternativa ao modelo da videovigilância e a aposta na rede de transportes públicos e na garantia do direito à mobilidade, recorrendo a meios transportes adaptados e de proximidade, consoante o público alvo e as necessidades locais.
- ✓ Promover a elaboração e/ou atualização dos planos municipais LGBTI+ com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para as respostas específicas e adaptadas em várias áreas como a saúde, a violência, o contexto escolar, o desporto, a empregabilidade, a cultura, a interculturalidade e o espaço público. Assim, pode ser proposto a criação de um centro municipal LGBTI+ com disponibilidade de atendimento nas áreas de violência e discriminação, empregabilidade, saúde e apoio integral para pessoas trans.
- ✓ Defender a celebração do dia internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, no dia 17 de maio, por forma a dar visibilidade à comunidade e suas questões. Deve ainda ser dado apoio à celebração de marchas LGBTI+.
- ✓ Pugnar pela criação de habitação para vítimas de violência LGBTI+ e de apoio à sua autonomização.



4.6 Combater o racismo e a xenofobia

Um estudo do European Social Survey revelou, há alguns anos, que mais de 62% dos portugueses manifestam alguma forma de racismo. A isto, acresce-se a existência de manifestações de racismo e de xenofobia, estruturalmente enraizadas nas instituições e na sociedade, que levam à discriminação das pessoas afrodescendentes, ciganas e de outras comunidades racializadas. Estas pessoas são empurradas para a periferia dos centros urbanos, sendo alvo de processos de segregação social

Para o combate ao racismo e xenofobia, os municípios devem promover:

- ✓ Oferta de aulas de Português Língua de Acolhimento dirigidas a adultos com mais de 18 anos que não tenham o português como língua materna nem detenham competências de nível adequado na mesma.
- ✓ Promoção da participação da população migrante na vida política e cívica da região, ao diminuir as barreiras linguísticas e culturais, e ao aumentar o conhecimento sobre os seus direitos sociais e o funcionamento das instituições.
- ✓ A elaboração e/ou atualização dos planos municipais para a integração de migrantes e de combate à discriminação, com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para as respostas específicas e adaptadas nas diversas áreas como a violência, o contexto escolar, a empregabilidade e a promoção de aquisição de habitação condigna.
- ✓ A formação e contratação de mediadoras e mediadores escolares oriundos das classes racializadas mais representadas localmente.
- ✓ O fim das turmas e escolas segregadas e do desproporcional encaminhamento de alunos e alunas destas comunidades para as vias profissionalizantes.



- ✓ A divulgação das medidas de combate ao racismo e à xenofobia através de jornadas e formações, difundindo um conhecimento mais completo e rigoroso da história do país.
- ✓ Criar Observatórios Locais de Combate ao Racismo e à Xenofobia, envolvendo autarquias, academia, associações antirracistas e movimentos sociais, com capacidade para recolher dados, monitorizar políticas e propor ações afirmativas.
- ✓ Criar uma Provedoria Municipal da Cidadania, que integre igualdade de género, direitos LGBTI+, antirracismo e inclusão de pessoas com deficiência, com capacidade de mediação, proposta de políticas e acompanhamento de casos.
- ✓ Apoiar o movimento associativo local incentivando as práticas de cidadania e a promoção do desporto como meio para a integração e o combate às discriminações.



4.7. Cultura é um direito: Acesso, criação e participação

A Cultura é um direito constitucional, mas continua a ser tratado como um luxo. Com um baixo investimento crónico dedicado ao sector e milhares de profissionais empurrados para a precariedade, é evidente que falta vontade política para garantir o acesso democrático à criação e fruição culturais. No plano local, esta responsabilidade recai, em grande medida, sobre os municípios, que são os principais investidores públicos em cultura e gestores de redes fundamentais como bibliotecas, museus, teatros, cineteatros e arquivos.

EM VILA FRANCA DE XIRA, apesar da riqueza histórica e das expressões culturais enraizadas nas comunidades, há um défice de investimento e uma frágil comunicação e valorização dos agentes culturais locais. A Câmara Municipal continua a promover uma visão redutora da cultura, muitas vezes subordinada ao calendário festivo ou à lógica turística dos grandes eventos. Além de preferir investir elevados montantes em espetáculos esporádicos em vez de dar estabilidade a estruturas culturais que garantem uma oferta cultural ao longo do ano. Por consequência, as práticas culturais continuam concentradas, a participação cultural é desigual entre freguesias e os espaços de criação, fruição e memória são escassos, pouco acessíveis e subaproveitados.

O Bloco de Esquerda defende uma política cultural municipal centrada nas pessoas, com critérios claros e públicos, livre de violência contra animais e comprometida com os direitos de quem cria e trabalha na cultura. O nosso compromisso passa pela democratização do acesso, pela promoção da diversidade cultural, pela justa remuneração dos trabalhadores do sector e pela valorização dos espaços públicos e da memória coletiva.

Propomos um novo ciclo de investimento cultural em Vila Franca de Xira com o reforço do apoio efetivo às associações locais através do Programa de Apoio ao Movimento Associativo (PAMA), na requalificação dos equipamentos existentes, na descentralização da programação e na atualização continua do mapeamento cultural e criação de redes de colaboração entre escolas, coletividades e criadores.



Para o BLOCO DE ESQUERDA, Cultura não é entretenimento ao serviço do poder. É exercício de liberdade, participação cidadã e emancipação coletiva.

Importa pois:

- ✓ Garantir uma política cultural aliada às práticas comunitárias e à valorização do património, com uma visão contemporânea, acessível e livre de violência contra animais.
- ✓ Início do processo para a criação de um novo espaço para a biblioteca municipal de Alverca do Ribatejo, dimensionada à população residente e escolar da cidade, e com várias valências ajustadas às necessidades actuais da população.
- ✓ Requalificação do Teatro Salvador Marques, em Alhandra.
- ✓ Defender a construção do Centro Cultural de Castanheira do Ribatejo.
- ✓ Transformação da Rede Municipal de Bibliotecas, sem esquecer as bibliotecas escolares, em pólos cívicos e culturais de proximidade, abertos à diversidade, promotores da memória local, da inclusão, da cidadania, da literatura, das ciências e das artes.
- ✓ Dinamização de eventos culturais, de forma descentralizada, em todo o concelho, valorizando os espaços públicos como lugares e tempos de socialização.
- ✓ Utilização dos três coretos do concelho para ampliação e diversificação da agenda cultural ao ar livre.
- ✓ Atualização permanente, com divulgação acessível, do mapeamento sociocultural do concelho, incluindo inventário das estruturas culturais (bandas, grupos de teatro, associações culturais) e dos espaços culturais e de memória.



- ✓ Regularizar os falsos recibos verdes, integrar os trabalhadores precários e garantir o pagamento aos trabalhadores independentes que desenvolvam atividade em equipamentos culturais tutelados pelas autarquias ou nos quais as autarquias tenham uma participação.
- ✓ Proceder à regularização imediata de todos os pagamentos em atraso e/ou dívidas que os municípios possam ter com estruturas culturais e trabalhadores das artes e do espectáculo.
- ✓ Emancipar a cultura do executivo municipal, que, para lá da definição da fatia orçamental a afetar às políticas culturais com critérios sujeitos a escrutínio público, deve ter como papel a garantia da democratização da participação neste domínio (por exemplo promovendo fóruns de debate sobre as festas do município), a implementação de uma política cultural que assegure as condições para a criação e a fruição cultural, e a gestão dos espaços de criação artística (salas de ensaio para artes performativas, ateliers de artes plásticas, atelier multimédia, oficinas artesanais) e apresentação ao público.
- ✓ Criar e manter atualizado um mapeamento sociocultural do município, incluindo um inventário das estruturas culturais (amadoras e profissionais
- ✓ Bandas, grupos de teatro, cineclubes, associações culturais) e dos espaços culturais e de memória (públicos, privados e comunitários).
- ✓ Assegurar a existência, a boa manutenção e a abertura ao público das bibliotecas, museus, teatros, cinemas, centros culturais, entre outros.
- ✓ Criar centros de cultura, centros de memória orais com o envolvimento da população local e espaços de memória em lugares históricos de referência que estejam abandonados (fábricas, lugares históricos, património classificado, imóveis privados e públicos).



- ✓ Programar em conjunto com os/as munícipes atividades culturais nos espaços públicos (cinema ao ar livre, concertos, teatro, oficinas).
- ✓ Manutenção dos espaços culturais existentes e criação de novos espaços culturais e auditórios nas freguesias onde estes não existem.
- ✓ Dinamização de parcerias para projetos de educação, cultura e de cidadania concorrendo a financiamento disponível a nível nacional, europeu ou outros.

4.8 Direitos e democracia laboral nas autarquias

A luta contra a precariedade no Estado tem sido uma das prioridades para o Bloco de Esquerda, com resultados concretos na integração de milhares de trabalhadores precários no Estado. Apesar de avanços, ainda há muito por fazer a nível local.

Em Vila Franca de Xira, é urgente garantir que o setor público local dá o exemplo no combate à precariedade, na valorização dos seus trabalhadores e no respeito pelos seus direitos. É nesse sentido que apresentamos um conjunto de propostas para reforçar a democracia laboral, a justiça nas contratações e o fim das desigualdades no seio das estruturas municipais.

Assim, propomos:

- ✓ Dinamizar campanhas de informação e sensibilização sobre a importância e os benefícios da participação nos órgãos de representação coletiva dos trabalhadores, promovendo uma cultura de direitos, solidariedade e intervenção no local de trabalho.
- ✓ Incluir cláusulas anti- precariedade em todos os cadernos de encargos executados pelas autarquias. Para tal, deve ser elaborada uma Estratégia Municipal de Contratação e Apoios Públicos sustentável, económica, social e ambientalmente, que leve em desvalor a contratação de trabalhadores precários pelos adjudicatários.



- ✓ Insistir no recenseamento dos trabalhadores precários dos Municípios e das entidades do respetivo Setor Empresarial Local e regularização de todas as situações, de acordo com a legislação aprovada pela Assembleia da República para os Municípios Portugueses.
- ✓ Aplicação de um mecanismo que permita excluir de apoios públicos e benefícios fiscais ou isenções de taxas do município a entidades que recorram a trabalho precário.
- ✓ Pugnar pelos direitos dos trabalhadores das autarquias, pelas suas condições de segurança e higiene no trabalho e respetivos direitos sindicais.



4.9 Democracia Local e transparência

- ✓ Criar departamentos municipais exclusivamente dedicados à gestão das consultas públicas, com competências em comunicação inclusiva, design de processos participativos e mobilização comunitária. Estes departamentos devem assegurar que as consultas não são meros rituais administrativos, mas verdadeiros instrumentos de construção democrática, inspirando-se em experiências como as de Hamilton (Canadá), Barcelona e Paris.
- ✓ Avaliação obrigatória do impacto das políticas públicas municipais, designadamente do impacto em indicadores ambientais e na redução da pobreza.
- ✓ Garantir o acesso público, gratuito e regular a informação estatística e operacional sobre as principais infraestruturas públicas do concelho, designadamente na área da cultura, saúde e educação, promovendo uma cultura de transparência ativa, de prestação de contas e de proximidade entre o poder local e os cidadãos.
- ✓ Assegurar a publicação obrigatória das atas dos órgãos autárquicos, a transmissão online das reuniões da Câmara, Assembleia Municipal e Freguesias, e o arquivamento acessível em plataforma digital pública, reforçando a cultura de prestação de contas.
- ✓ Definir uma dotação mínima por freguesia para o Orçamento Participativo, garantindo pelo menos 500 mil euros anuais por freguesia, com processos deliberativos acessíveis e inclusivos.
- ✓ Revisão participativa dos regulamentos municipais, incluindo de habitação, urbanismo, mobilidade e cultura.
- ✓ Elaboração de relatórios independentes que avaliem o impacto da agregação de freguesias.



- ✓ Introdução de critérios de responsabilidade social e ambiental nos processos de contratação pública.
- ✓ Indicadores públicos por freguesia e área de política, como instrumento de avaliação da execução dos programas autárquicos.

Com as Autárquicas de 2025 no horizonte, o Programa Eleitoral do Bloco de Esquerda para Vila Franca de Xira consolida o nosso compromisso coletivo com a transformação profunda dos territórios, através de políticas locais que promovam a justiça social, a igualdade e a sustentabilidade. É com esta visão transformadora que juntas e juntos enfrentaremos os desafios e construiremos territórios mais justas, democráticas e inclusivas.

FAZER O QUE FAZ FALTA



© Ali Jadallah / Anadolu Agency / World Press Photo 2025



Vila Franca de Xira

26.08.2025

**FAZER
O QUE FAZ
FALTA**
